



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 2, n. 4, mar./abr. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Da reforma administrativa empreendida por Paulo Neves de Carvalho no Município de Belo Horizonte na década de 1950 – Primeiras notas sobre o direito administrativo vivo
Ana Luiza Gomes de Araujo, Evaristo Caixeta Pimenta, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, Maria Isabel Araújo Rodrigues
- ◆ Transportes públicos como instrumentos concretizadores de direitos fundamentais nos espaços urbanos
Carlos Sérgio Gurgel da Silva
- ◆ Desapropriação de bens públicos
Gabriela de Carvalho
- ◆ O IPTU como instrumento de efetivação da função socioambiental da propriedade urbana
Haroldo Celso de Assunção
- ◆ Conteúdo mínimo dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos – Planos GIRESSOL
Sofia Rodrigues Silvestre Guedes
- ◆ Segurança pública – Obrigação ou faculdade dos municípios?
Wilson Klippel Sichonany Júnior

Consultas e Pareceres

- ◆ Desapropriação – Preliminar – Necessidade de retificação do laudo de avaliação do imóvel desapropriando – Mérito – Acordo extrajudicial – Utilização de imóvel municipal remanescente da realização de obra pública com metragem inferior à prevista no Plano Diretor para lote autônomo – Possibilidade – Necessidade de motivação do ato, prévia avaliação e autorização legislativa – Dispensa de licitação – Particularidades do caso – Art. 17, I, “c”, da Lei Federal nº 8.666/93
Luciano de Araújo Ferraz
- ◆ Direito Administrativo – Licitações – Tomada de Preços – Menor preço por item – Exigência de amostras – Inobservância dessa exigência que enseja a desclassificação da proposta – Proposta com preços acima dos valores de mercado – Princípio da economicidade – Desclassificação – Fixação de prazo para nova proposta do licitante classificado objetivando a equalização dos preços
Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Servidores públicos – Remuneração – Piso: salário mínimo – Entendimento do art. 37, §3º, c/c art. 7º da Constituição de 1988 – Revisão geral anual – Possibilidade de compensação – Precedentes do STF – Necessidade de previsão em lei ordinária da compensação

Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Servidores públicos – Contribuição Sindical obrigatória – Liberdade sindical – Direito fundamental estendido pela Carta de 1988 aos servidores públicos – Recolhimento pela Administração Pública

Luciano de Araújo Ferraz

Resenha Legislativa

- ◆ Decreto Federal nº 8.211, de 21 de março de 2014 – Alterações nos serviços de saneamento básico

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 47 a 49)

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Resenha Jurisprudencial

- ◆ Estabilidade e emprego público

Luis Rodolfo Cruz e Creuz

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Administrativo – Sanção administrativa – Multa lavrada pelo município – Cabimento – Contrato de concessão de serviço público firmado com a União – Infração relativa a norma estranha ao objeto do contrato celebrado – Não atribuição de exclusividade do ente federal para a fiscalização – Realização de obras sobre território municipal se sujeita às normas locais sobre o tema

- ◆ **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**

Apelação cível – Responsabilidade civil – Manifestação de vereador – Imunidade parlamentar – Limites e extensão – Ofensa à honra – Liberdade de expressão – Conflito de princípios constitucionais – Excesso verificado – Danos morais caracterizados indenização devida – *Quantum*

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Folha de pagamento de pessoal – Contribuição previdenciária – Recolhimento e repasse ao INSS – Responsabilidade da Câmara Municipal – Dívida previdenciária do Poder Legislativo – Assunção de pagamento pelo Município – Dedução unilateral pelo Poder Executivo dos valores do duodécimo devido ao Legislativo – Vedação – Crime de responsabilidade e violação do art. 168 da CF/88 –

Possibilidade do desconto nos duodécimos se houver acordo entre os Chefes dos Poderes

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Incorporação de gratificação de função e verba transitória aos proventos de aposentadoria – Incompatibilidade da legislação municipal com a CF/88 e Lei nº 10.887/2004 – Art. 40, §§2º e 3º, da CF/88 – Observância do caráter contributivo e solidário do sistema

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Legalidade de realização de concurso público, homologação do resultado final, convocação, nomeação e empossamento dos aprovados em período eleitoral – Lei nº 9.504/97 – Lei Complementar nº 101/2000

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**

Consulta – Patrimônio – Alienação sem licitação de imóveis públicos – Permuta de bem imóvel por veículo – Regra geral no sentido de que a alienação de bem imóvel público deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência – Excepcionalidade da permuta de imóvel, por outro, dispensando a licitação nos termos da Lei de Licitações – Atendimento de certos requisitos gerais – Efeitos da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 927 – Atendimento ao interesse público e aos princípios administrativos da impessoalidade, igualdade e isonomia – Havendo condições de competitividade necessária é a licitação

◆ **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Tocantins**

Consulta – Possibilidade de o Poder Legislativo Municipal apoiar campanhas as quais visam promover o aquecimento da economia local, por meio de campanhas de conscientização – Associação comercial e industrial – Mecanismo para efetivação deste apoio – Impossibilidade de repasse financeiro

Jurisprudência Temática

- ◆ Tema: Controle de constitucionalidade no âmbito municipal